

**JOSÉ ROBERTO SOTERO DE MELLO PORTO**  
Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro. Doutorando  
e mestre em Direito Processual (UERJ). Membro do  
Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP).

# **TEORIA GERAL DOS CASOS REPETITIVOS**



Rio de Janeiro  
2018

1ª edição – 2018

© Copyright

José Roberto Sotero de Mello Porto

Presidente do Conselho Editorial

Nelson Nery Costa

Diagramação

Olga Martins

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

P881t

Porto, José Roberto Sotero de Mello

Teoria geral dos casos repetitivos / José Roberto Sotero de Mello Porto. - 1. ed. - Rio de Janeiro : LMJ Mundo Jurídico, 2018.

254 p.; 24 cm.

1135864

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-9524-051-3

1. Direito processual - Brasil. 2. Recurso Repetitivo. 3. Incidente de resolução de demandas repetitivas - IRDR. I. Título.

18-52366

CDU: 347.9(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela  
GZ EDITORA

contato@editoragz.com.br

www.editoragz.com.br

Av. Erasmo Braga, 299 – Sala 202 – 2º andar – Centro

CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

AGRADECIMENTOS .....	IX
APRESENTAÇÃO .....	XI
PREFÁCIO .....	XV
 INTRODUÇÃO .....	 1
 Capítulo 1	
CONTEXTO MOTIVADOR DO MICROSSISTEMA	
1.1. Contexto fático .....	3
1.2. Contexto jurídico .....	9
 Capítulo 2	
PRINCÍPIOS FUNDAMENTADORES DO MICROSSISTEMA	
2.1. Isonomia .....	21
2.2. Segurança jurídica .....	27
2.2.1. Segurança-previsibilidade .....	28
2.2.2. Segurança-estabilidade .....	31
2.3. Liberdade .....	37
2.4. Legalidade .....	38
2.5. Motivação .....	41
2.6. Acesso à justiça .....	46
2.7. Duração razoável do processo .....	50
2.8. Celeridade .....	52
2.9. Economia processual .....	55
2.10. Eficiência .....	57
2.11. Cooperação .....	61
2.12. Primazia do mérito .....	64
2.13. Ampla participação .....	65
2.14. Publicidade .....	67
 Capítulo 3	
O MICROSSISTEMA DE CASOS REPETITIVOS	
3.1. Finalidades .....	71
3.2. Dinâmica de funcionamento .....	74
3.3. Histórico: das menções esparsas ao microssistema .....	75
3.4. Microssistema de casos repetitivos .....	88
3.5. Casos repetitivos <i>versus</i> ação coletiva .....	92

3.5.1. Ações coletivas e o novo Código de Processo Civil.....	92
3.5.2. Casos repetitivos são técnica de tutela coletiva? Tutela coletiva pela via principal e tutela coletiva pela via incidental .....	95
3.5.3. Existe prioridade entre as técnicas? .....	105
3.5.3.1. Teoria exclusivista ou unitária .....	105
3.5.3.2. Teoria complementadora ou dualista .....	106

#### Capítulo 4

#### ELEMENTOS DA TEORIA GERAL DOS CASOS REPETITIVOS

4.1. Natureza jurídica.....	109
4.1.1. Critério formal: incidente processual ou processo incidental? .....	109
4.1.2. Critério material: caso-piloto ou procedimento modelo? .....	113
4.2. Competência .....	117
4.2.1. Competência para o IRDR.....	118
4.2.1.1. IRDR nos tribunais superiores.....	120
4.2.1.2. IRDR nos juizados especiais .....	124
4.2.2. Competência para o incidente de julgamento de recursos repetitivos .....	127
4.3. Legitimidade.....	127
4.3.1. Legitimidade para o IRDR .....	128
4.3.1.1. Legitimidade do juiz.....	128
4.3.1.2. Legitimidade do relator (e do órgão colegiado) .....	129
4.3.1.3. Legitimidade das partes .....	130
4.3.1.4. Legitimidade do Ministério Público e da Defensoria Pública .....	131
4.3.1.4.1. Intervenção nos incidentes.....	133
4.3.2. Legitimidade para o incidente de julgamento de recursos repetitivos.....	134
4.4. Cabimento.....	136
4.4.1. Poder-dever ou ato discricionário?.....	137
4.4.2. Primeiro requisito positivo: multiplicidade de causas sobre mesma questão de direito .....	137
4.4.2.1. Multiplicidade de causas: a efetiva repetição de processos (interesse processual) .....	137
4.4.2.2. Questão comum de direito .....	140
4.4.3. Segundo requisito positivo: risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica .....	145
4.4.4. Requisito negativo: ausência de recurso repetitivo afetado.....	148
4.5. Procedimento.....	151
4.5.1. Instauração.....	151
4.5.1.1. Registro nos sistemas eletrônicos .....	154
4.5.1.2. Dispensa de custas.....	155
4.5.2. Decisão de admissão .....	155

4.5.3.1. Escolha de casos paradigmas .....	159
4.5.3.2. Identificar a questão controvertida .....	165
4.5.3.3. Prevenção do relator/órgão colegiado .....	168
4.5.3.4. Suspensão das ações em curso.....	168
4.5.3.5. Requisição de informações e de processos.....	179
4.5.3.6. Intimação do Ministério Público e da Defensoria Pública .....	179
4.5.3.7. Fixação de tese provisória.....	180
4.5.4. Instrução .....	181
4.5.5. Julgamento .....	185
4.5.5.1. Etapa essencial: fixação da tese .....	185
4.5.5.2. Etapa acessória: aplicação da tese .....	188
4.6. Eficácia da tese.....	190
4.6.1. Eficácia atual, contemporânea ou panprocessual (eficácia do caso) .....	190
4.6.2. Eficácia prospectiva, futura ou (a)temporal (eficácia do precedente) .....	196
4.6.3. Eficácia espacial ou territorial .....	200
4.6.4. Eficácia normativa ou exjudiciária.....	201
4.7. Consensualidade .....	206
4.7.1. Acordo nos processos sobrestados .....	207
4.7.2. Acordo no processo afetado.....	211
4.8. Recorribilidade.....	212
4.9. Rescindibilidade .....	217
4.10. Revisibilidade .....	219
 POSFÁCIO.....	 223
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	225